

# MPMG: JUSTIÇA DETERMINA INDISPONIBILIDADE DE BENS DE 3 DEPUTADOS DE MINAS POR SUSPEITA DE FAVORECIMENTO ILÍCITO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS



*Segundo denúncia do MPMG, parlamentares pagaram valores superiores aos praticados no mercado pela locação de veículos, o que teria favorecido ilicitamente uma empresa e causado danos aos cofres públicos.*

A Justiça determinou a indisponibilidade de bens dos deputados estaduais de Minas Gerais Carlos Henrique (Republicanos) e Ione Pinheiro (União Brasil), do deputado federal eleito pelo estado Gilberto Abramo (Republicanos) e de uma empresa de locação de veículos até o limite de R\$ 310,5 mil.

A decisão, do juiz Emerson Marques Cubeiro dos Santos, da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, atende a um pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

O órgão entrou com uma ação civil pública de improbidade administrativa contra os parlamentares alegando que eles pagaram valores superiores aos praticados no mercado pela locação de veículos, o que teria favorecido ilicitamente a empresa Alamo BH Rent a Car Ltda e causado dano ao erário.

Segundo o MPMG, os três parlamentares desembolsaram um total de R\$ 310.538,70 para a empresa. O valor devido por Carlos Henrique é de R\$ 103 mil, por Gilberto Abramo, de R\$ 102 mil, e por Ione Pinheiro, de R\$ 105 mil, em cifras atualizadas pela tabela do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em maio de 2022.

*"Há evidências consistentes nos autos de que os réus efetivamente se aproveitaram dos seus cargos públicos para obter vantagens ilícitas de ordem financeira. Isso porque constam dos autos de que a empresa ré não participou do processo licitatório", diz um trecho da decisão judicial.*

Além disso, segundo a decisão, um dos sócios da empresa de locação de veículos foi assessor parlamentar do deputado Gilberto Abramo.

*"O enriquecimento ilícito alegado se baseia no reembolso que era requerido à administração pública pelos servidores públicos com a finalidade de suprir os valores pagos com o transporte para o*

*exercício das suas atribuições públicas", concluiu o magistrado.*

Os três deputados foram reeleitos nas últimas eleições. O portal da Globo o g1 Minas pediu um posicionamento a todos os parlamentares, mas aguarda posicionamento. A reportagem não conseguiu contato com a empresa de locação de veículos.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/cp3.masterix.inf.br/noticia/3904/mpmg-justica-determina-indisponibilidade-de-bens-de-3-deputados-de-minas-por-suspeita-de-favorecimento-ilicito-de-empresa-de-locacao-de-veiculos-em-04/07/2026-02:54>